

# Dez anos no desenvolvimento florestal

27/1/1986

por Jaime Tohá

O balanço das realizações e fracassos no Sector Florestal deve ser feito tendo necessariamente em conta dois pontos de referência: o primeiro diz respeito ao que era o Sector em 1975; se olharmos retrospectivamente, veremos que nesse momento existia um total desconhecimento sobre o potencial florestal do país; a indústria abandonada pelos antigos proprietários estava completamente descontrolada; não havia qualquer programa de reforestamento; não existia um único técnico moçambicano a qualquer nível.

Dentro dessa perspectiva, o facto de agora se conhecer com relativa precisão o potencial florestal do país; de se terem estruturado ou estarem em vias de estruturação as empresas provinciais estatais e definindo o papel do sector privado na produção; de se ter construído, dentro dos prazos estabelecidos, um centro económico da magnitude do complexo IFLOMA; de se ter em execução cinco projectos de reforestamento, os quais permitirão plantar mais de 10 000 ha em 7 anos; de se contar 14 engenheiros florestais moçambicanos e uma centena de técnicos médios e básicos são, sem dúvida, conquistas importantes.

Mas se olharmos para as necessidades em produtos florestais que o País deverá ter, uma vez normalizada a vida económica e social, veremos que a produção actual está longe de satisfazer essa procura. Tanto no que diz respeito à quantidade como à qualidade dos produtos, as empresas trabalham ainda com um baixo nível de eficiência; existem falhas técnicas graves no programa de reforestamento; os programas florestais de apoio a aldeias comunais e cooperativas não se têm conseguido enraizar. O actual quadro institucional ainda não está de acordo com a realidade e a necessidade do sector.

É por isso que se torna importante neste período fazer uma análise profunda do caminho percorrido e tirar conclusões dos êxitos e dos fracassos ou insuficiências actuais.

Na opinião do autor do presente artigo, há um elemento central para esta análise. Nas realizações em que

houve uma adequada planificação e em que houve, sobretudo, rigor técnico nas decisões, os resultados têm sido positivos; casos concretos são o projecto IFLOMA e a actual situação da Empresa Madeiras de Maputo.

Quando tem primado o voluntarismo e a improvisação e sido subestimada a técnica, os resultados têm sido negativos: podemos citar como dois exemplos representativos, os casos da MADEMO e do Projecto FO-2, de reforestamento na província de Maputo, o que não representa uma apologia ao tecnocrático. Já que é evidente que o uso da técnica, por si só, nada consegue se não estiver acompanhado do factor principal que é o homem. Queremos, sim, dizer que o rigor técnico tem um nível mínimo, sem o qual não há projecto que possa ser bem sucedido. Quando falamos do uso da técnica, não nos estamos a referir apenas aos aspectos tecnológicos da produção, mas também ao cálculo económico, gestão de pessoal, formação, etc.

Um segundo aspecto essencial é o facto de que a política florestal e os programas de desenvolvimento precisam de estabilidade na sua materialização. Se se trabalhar com prazos de várias décadas não se pode estar a mudar anualmente, nem a política, nem os critérios para a sua concretização.

Pode-se referir por exemplo, o caso das empresas provinciais definidas em 1978 mas posteriormente postas de parte, para serem retomadas novamente em 1983. Ou o caso dos serviços florestais provinciais cuja organização começou em 1979, sendo depois abandonados e reactivados no presente ano.

Os factos anteriores levam a concluir um terceiro aspecto relevante, na opinião do autor deste artigo. O Sector Florestal precisa de uma direcção institucional muito forte e com um certo grau de autonomia, que permita enfrentar, com êxito, as naturais pressões que costumam ser a causa da instabilidade do recurso florestal e que por outro lado, possibilite o desenvolvimento no tempo, com estabilidade, de programas que darão os seus frutos a médio e longo prazos.

## PERSPECTIVAS PARA CURTO E MÉDIO PRAZO

A tarefa imediata essencial deve ser a recuperação dos níveis de pro-



A maior parte das espécies das florestas do País caracteriza-se por possuir diâmetros pequenos e formas irregulares

dução, de acordo com as necessidades mínimas que a normalização da economia do País requererão nos próximos anos. Para isso deve, em primeiro lugar, completar-se o processo de constituição das empresas provinciais, e de transferências de unidades de produção para o sector privado, de acordo com os critérios já estabelecidos.

Paralelamente, deve ser dada prioridade à recuperação e consolidação, de acordo com as capacidades instaladas, a certas unidades estratégicas de produção, nomeadamente, por ordem de importância,

- Fábrica de Contraplacados da Beira

- Serrações Mahate em Pemba
- Serrações 1.º de Maio em Meconha, província de Nampula
- Fábrica de «parquet» da Matixe, província de Inhambane

plexos integrados de pequena e média dimensão, em que, além da madeira serrada, os produtos principais devem ser os folheados e contraplacados decorativos, com uma orientação principal para a exportação.

É necessário que sejam iniciados estudos com vista à duplicação da capacidade actual do complexo da IFLOMA, de acordo com o projecto inicial.

A renovação e possível ampliação da fábrica de contraplacados da Beira e Serrações de Meconta devem fazer parte destes estudos.

Conjuntamente com o ponto anterior, deve ser estudada a reconversão das unidades industriais de Maputo para fábricas de transformação secundária e terciária da madeira, a fim de evitar a transferência de matéria-prima em forma de toros ao longo de grandes distâncias.

Se bem que seja verdade que os recursos provenientes das florestas naturais são suficientes para as necessidades do País a curto prazo, permitindo mesmo um razoável saldo para exportação, a longo prazo é indispensável contar com novos recursos provenientes de novas plantações. Isto é necessário, não só sob o ponto de vista da produção industrial, como também para fins energéticos, para consumo directo da população rural e para a protecção e melhoria do meio ambiente.

Deve merecer especial preocupação a necessária participação das aldeias comunais e cooperativas no desenvolvimento florestal. Para Moçambique conseguir implementar com sucesso uma política de conservação da floresta natural é factor decisivo o êxito no processo de organização das aldeias comunais e, dentro delas, um correcto tratamento do problema dos recursos naturais renováveis.

De acordo com a experiência dos últimos anos, tem sido evidente que os programas florestais em aldeias comunais e cooperativas agrícolas terão possibilidades de êxito apenas quando outras carências mais imediatas, como a alimentação e o abastecimento de água, tiverem sido resolvidos. Para isso os programas florestais no meio rural devem estar estreitamente ligados aos programas de desenvolvimento agrícola.

Finalmente, é importante mencionar a extraordinária importância que tem a definição do património florestal do Estado, o qual deve marcar de forma segura o limite entre as áreas que em definitivo terão vocação florestal e outras com outro tipo de uso. Isto permitirá definir oportunamente, nos correspondentes corpos legais, o regime para a conservação e utilização do património florestal do Estado.

Esta medida deve ser complementada com um programa detalhado de acção para as empresas agrícolas e para a actividade agrícola e pecuária em geral, no que diz respeito às acções do tipo florestal que obrigatoriamente devem acompanhar estas actividades. Para ser bem sucedida, a acção florestal deve ser considerada como uma componente imprescindível do desenvolvimento rural, e não como uma actividade isolada.

A adaptação combinada das acções atrás mencionadas pode vir a permitir a auto-suficiência do País em produtos florestais, bem como a disponibilidade de saldos razoáveis para exportação, sendo, ao mesmo tempo, um elemento positivo no desenvolvimento regional e na melhoria qualitativa de vida para a população rural. Por último uma correcta política florestal garante o crescimento da produção agrícola, salvaguardando dois aspectos essenciais como são a fertilidade dos solos e a disponibilidade da água. Não podemos deixar de mencionar também a contribuição cultural que representa salvaguardar com rigor um património científico e cultural em benefício de toda a humanidade.



O manejo correcto dos recursos florestais representa também uma garantia de incremento da produção agrícola

Com base na conclusão dos inventários semidetalhados das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica e Inhambane, devem ser realizados estudos técnico-económicos sobre a viabilidade do aproveitamento do potencial florestal dessas regiões. O referido aproveitamento deveria ser feito de acordo com as características dos recursos florestais definidos no início deste artigo, em forma de com-